



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

DIRETORIA GERAL

EDITAL

CONCURSO PARA TAQUIGRAFO

De ordem da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, faço público que se acham abertas, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do presente Edital, as inscrições para o concurso destinado ao preenchimento de 03 (três) vagas de taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

CAPÍTULO I Da Inscrição

a) O candidato deverá apresentar-se, junto ao Departamento de Pessoal da Assembléia Legislativa do Paraná, no horário das 14:00 às 17:00 horas, exceto aos sábados, munido da Carteira de Identidade.

b) No momento da inscrição, o candidato assinará o livro próprio, recebendo cartão de identidade, com a indicação de seu número de inscrição, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizam as provas. O porte da Carteira de Identidade é obrigatório.

Das condições para inscrição:

- ser brasileiro, nato ou naturalizado;
- ser maior de 18 (dezoito) anos;
- haver cumprido obrigações e encargos militares, se do sexo masculino;
- estar em gozo dos direitos políticos;
- ter boa conduta;
- gozar boa saúde, comprovada através Carteira de Saúde, sem prejuízo de posterior sujeição a inspeção médica se aprovado;
- idade máxima de 45 (quarenta e cinco) anos, salvo se já for funcionário público.

CAPÍTULO II Das Provas

1.º — As provas do concurso constarão de:

- Português
- Taquigrafia
- Datilografia
- Conhecimentos Gerais

2.º — A prova de português constará de correção de discurso, ou trecho de discurso, com o mínimo de vinte e cinco (25) linhas, impressas, cujo ponto será sorteado no momento e onde tenham sido, propositadamente, incluídos erros. Será eliminado candidato que obtiver nota inferior a 50.

3.º — As provas de taquigrafia e datilografia será em número de três obedecendo à seguinte ordem:

a) Apanhamento taquigráfico, durante oito minutos, de ditado feito a 100 (cem) palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de duas horas. Será eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 50. Limite de erros 10%;

b) Apanhamento taquigráfico, durante cinco minutos, de ditado feito à velocidade de 120 palavras por minuto, seguindo-se a tradução datilografada, com prazo de decifração de uma hora. Limite de erros 12%;

c) Apanhamento taquigráfico de discurso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com tempo e prazo de tradução a critério da Comissão Diretora.

4.º — A prova de conhecimentos gerais constará de perguntas, ou testes, sobre fatos históricos, políticos e econômicos.

5.º — Em todas as provas serão computados os erros de português.

6.º — Tratando-se do concurso de provas, para primeira investidura em cargo de carreira, a todas elas se submeterão os candidatos, independentes de títulos ou diplomas que possuam.

CAPÍTULO III Dos Critérios de Julgamento

7.º — O julgamento da prova de idioma pátrio obedecerá ao seguinte critério: o candidato que corrigir todos os erros, incluídos no trecho, obterá 100 (cem) pontos; por erro não corrigido, ou cometido, perderá tantos pontos quantos resultarem da divisão de 100 (cem) pelo número de erros incluídos no texto, multiplicando o quociente pelo número de erros não corrigidos ou cometidos.

8.º — Para a contagem de erros, nas provas técnicas, cuja decifração será feita obrigatoriamente à máquina, usar-se-á a seguinte norma:

- cada palavra omitida, acrescida ou substituída, com alteração no sentido, — 1 erro;
- cada palavra omitida, acrescida ou substituída, sem alteração no sentido, — meio erro;
- erros de português, conforme a gravidade, a critério dos examinadores, — meio erro, um erro ou mais dois erros;
- no caso de concorrência de erros (por exemplo, omissão de cinco palavras e substituição por três palavras erradas, computar-se-á o número maior de erros);
- os erros em mais de uma palavra contar-se-ão uma vez desde que sejam consequentes.

9.º — Para o julgamento final, as provas terão os seguintes pesos: português — peso 2; primeira prova de taquigrafia — peso 1; segunda prova de taquigrafia — peso 4; prova de plenário — peso 2; prova de conhecimentos gerais — peso 1. A média total será obtida mediante a divisão, por 10, das notas parciais, multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

10.º — Só será habilitado o candidato que obtiver nota mínima 70 em taquigrafia, 50 em português, 50 em conhecimentos gerais e a média global mínima de 64.

CAPÍTULO IV Das Realizações das Provas

11.º — A chamada dos candidatos será feita, pontualmente, à hora marcada.

12.º — Antes da entrada no recinto, cada candidato assinará a lista de comparecimento.

13.º — Será obrigatório, em todas as provas, o uso de ortografia oficial (Lei n.º 5.765, de 18-12-71).

14.º — Adotar-se-á, para sigilo do julgamento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deverão, para isso, oferecer o mesmo aspecto material.

15.º — Atribuir-se-á a nota zero à pro-

va que apresentar sinal, expresso ou convenção, que possibilite a sua identificação.

16.º — Não haverá segunda chamada para qualquer das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar a ausência do candidato.

17.º — A prova de português será manuscrita, à tinta, devendo o candidato comparecer munido de caneta-tinteiro ou esferográfica, com tinta azul. O emprego das outras cores, ou lápis, importará em desclassificação.

18.º — O apanhamento das provas de taquigrafia será feito exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou à tinta. Ao candidato é lícito utilizar-se do sistema de sua preferência e do bloco próprio. A decifração será feita obrigatoriamente à máquina, fornecida pela Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

CAPÍTULO V Disposições Gerais

19.º — A inscrição do candidato implicará na aceitação das condições do concurso, nos termos em que se acham estabelecidas.

20.º — Em caso de empate, na classificação geral, o desempate será feito pela melhor nota obtida na prova de português.

21.º — As provas, após o julgamento pela Comissão, serão postas à disposição dos candidatos pelo prazo improrrogável de três dias, para que sejam examinadas na Divisão de Taquigrafia da Assembléia Legislativa do Estado, podendo recorrer do julgamento à Comissão Diretora, formulando as reclamações que entenderem no ato da vista.

22.º — Os recursos, depois de apreciados pela Comissão, serão submetidos à Comissão Executiva, a quem caberá a decisão final.

23.º — O candidato que se retirar do recinto, durante a realização da prova, estará automaticamente excluído do concurso.

24.º — É de dois anos o prazo de validade do presente concurso, a contar da data de sua homologação, pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

25.º — Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Diretora.

26.º — As provas deverão ser realizadas nos dias 27 e 28 de abril do corrente ano, com início às 14:00 horas, no recinto da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de março de 1983.

Clóvis Stadler de Souza
Diretor Geral